

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Conflito agrário no Paraguai não atinge terras de produtores rurais de Umuarama

18/02/2012

A disputa pela propriedade de imensas áreas de terra no Paraguai, que opõe brasiguaios – brasileiros que moram e produzem no país vizinho – e carperos, como são conhecidos os sem-terra paraguaios, ainda não chegou às terras dos produtores rurais de Umuarama. Diversos agricultores e pecuaristas radicados na Capital da Amizade possuem fazendas em território paraguaio, porém, localizadas fora do foco principal do conflito.

A disputa pelas terras está concentrada, atualmente, na faixa de fronteira do Departamento (Estado) de Alto Paraná, cuja capital é Ciudad del Este, na divisa com Foz do Iguaçu (veja box nesta página). Já os produtores umuaramenses, em sua maioria, têm fazendas instaladas no Departamento de Canindeyú, cuja capital é Salto del Guairá, na divisa com Guaíra (PR) e Mundo Novo (MS).

“Não chegou ao nosso conhecimento que algum produtor daqui tenha tido problemas com as terras no Paraguai”, afirmou o presidente da Sociedade Rural de Umuarama (SRU), Júnior Peres. Segundo ele, se algum produtor rural da cidade tivesse enfrentado problemas com os carperos, certamente a SRU teria tomado conhecimento do fato.

Posição praticamente idêntica teve o presidente do Sindicato Rural de Umuarama, Renato Fontana. Ele contou que só ficou sabendo do conflito entre brasiguaios e carperos por meio de notícias veiculadas na imprensa. “Ninguém nos procurou para relatar qualquer tipo de problema nas fazendas instaladas no Paraguai. Se isso estivesse acontecendo, certamente já estaríamos sabendo”, garantiu.

Contato

A reportagem do Ilustrado tentou por diversas vezes, durante esta semana, manter contato com umuaramenses que possuem fazendas no Paraguai. As tentativas, no entanto, foram infrutíferas, já que os telefones estavam desligados ou então as ligações não foram atendidas.

No entanto, diversas fontes consultadas pelo jornal corroboraram a análise de que, pelo menos até o momento em que esta reportagem é publicada – e enquanto o conflito agrário está restrito ao Departamento de Alto Paraná –, não há razões para preocupação sobre possíveis ocupações das fazendas paraguaias pertencentes aos produtores umuaramenses.

Brasiguaios são “alvos” dos carperos há muito tempo

A emigração de produtores rurais brasileiros para o Paraguai remonta há mais de 40 anos, quando a nação guarani vivia sob a mão de ferro do governo comandado pelo general Alfredo Stroessner. Interessado na expansão da área agricultável do país, e de olho nas divisas que o agronegócio traria para o país – então um dos mais pobres do continente –, Stroessner ofereceu diversos benefícios para os agricultores brasileiros, dentre eles a compra das terras por preços bem abaixo do valor de mercado.

Aos poucos, os brasileiros foram chegando e se instalando em áreas inóspitas, cobertas por mata virgem e inadequadas para a atividade agrícola. Com o passar dos anos, os “matagais” foram dando lugar a grandes extensões de terra cobertas pelas plantações de soja, que se tornou a principal commodity de exportação do país, e os brasileiros passaram a ter papel cada vez mais importante no desenvolvimento do país.

Porém, após a queda da ditadura Stroessner, em 1989, os carperos – palavra que, em tradução livre para o português, significa “pessoas que vivem em barracas” – passaram a pressionar os sucessivos governos do país para que expulsassem os brasileiros de suas propriedades. Eles alegam que as terras seriam públicas e teriam sido “tomadas” pelos brasileiros de forma ilegal, e por isso deveriam ser usadas para a reforma agrária.

Os brasiguaios, por sua vez, garantem que as terras foram adquiridas de forma legal, e exibem os certificados de propriedade. Além disso, muitos deles casaram e tiveram filhos em território paraguaio, conquistaram a dupla cidadania e a usam como argumento para se manter nas terras, que são “seguradas” por homens fortemente armados.

Como consequência desta animosidade, nas últimas duas décadas foram registrados centenas de confrontos entre os dois grupos, que deixaram como saldo um rastro de sangue em solo paraguaio. Mas a situação piorou muito há cerca de um mês, depois que o presidente Fernando Lugo enviou homens do Exército para demarcar as terras localizadas numa faixa de até 50

quilômetros da fronteira com o Brasil.

“Os brasiguaios garantem que não vão sair daqui e deixar terras, máquinas e todo o investimento que fizeram durante mais de três décadas, ‘de mão beijada’ para o governo paraguaio ou para os sem-terra”, disse, à BBC Brasil, o cônsul-geral do Brasil em Ciudad del Este, embaixador Flavio Roberto Bonzanini.

Confronto preocupa autoridades de Brasil e Paraguai

O acirramento dos conflitos entre brasiguaios e carperos, que nas últimas semanas ganhou destaque na imprensa dos dois lados da fronteira, também tem despertado a preocupação de autoridades políticas do Brasil e do Paraguai. Como se somente agora tivessem “despertado” para o problema, deputados, senadores, ministros e até mesmo a presidenta Dilma Rousseff e o presidente Fernando Lugo têm dedicado algum tempo de suas atribuladas agendas em busca de soluções para o impasse.

Desde o início deste mês, o presidente Lugo já reuniu a cúpula do governo por três vezes para tratar do assunto. E, num comunicado divulgado à imprensa, foi enfático. “O governo rejeita toda ideia de violência, de justiça com as próprias mãos, vinda de quem quer que seja, e instruiu a força pública a assegurar a ordem”, disse Lugo.

Por sua vez, o ministro do Interior do Paraguai, Carlos Filizzola, colocou ainda mais lenha na fogueira ao afirmar que os fazendeiros que tiverem títulos de posse de terra “ilegais” podem perder suas propriedades. “Os que têm títulos legais podem ficar tranquilos, mas aqueles que receberam terra de forma ilegal podem se preocupar. Sejam paraguaios, brasileiros ou de outra nacionalidade”, afirmou.

Comissões de parlamentares acompanham o caso

No Brasil, por sua vez, deputados e senadores trabalharam rápido para instalar comissões no Parlamento especialmente dedicadas ao assunto. Como resultado das discussões, o senador paranaense Sérgio Souza teve aprovado, pelo plenário do Senado, um requerimento autorizando um grupo de cinco senadores a viajar ao Paraguai para discutir o assunto com o Senado paraguaio.

O deputado federal Zeca Dirceu, por sua vez, esteve em Foz do Iguaçu na semana passada para

tratar do tema com autoridades locais. Na cidade fronteiriça, Zeca anunciou que o Itamaraty vai pedir autorização ao governo paraguaio para instalar um gabinete da embaixada do Brasil na região do conflito, visando melhorar a assistência aos brasileiros envolvidos nos confrontos.

“Estou em contato constante com brasileiros que estão próximos da área de conflito. A situação é estável, mas enquanto a questão fundiária não estiver regularizada, temos que continuar cobrando e tomando medidas mais enérgicas para garantir o direito dos nossos cidadãos”, disse o deputado.

Por sua vez, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, atua como representante do governo brasileiro nos entendimentos que mantém com o gabinete do governo de Assunção. Ela pediu proteção, cuidados e atenção especial do Paraguai para com os brasileiros. O governo paraguaio prometeu, ainda, investigar as agressões contra brasileiros em Alto Paraná.

Uma audiência pública está marcada para o próximo dia 27, em Brasília, para a criação da comissão externa para a condução dos diálogos entre os dois países e uma especial, para tratar especificamente do assunto. O vereador Hermógenes de Oliveira (PMDB), de Foz do Iguaçu – que acompanha de perto o clima de tensão no país vizinho –, se propôs a encaminhar vídeos e documentos que expõem o drama dos agricultores brasileiros, donos legítimos das terras.

Umuarama Ilustrado